

Voo cego

# Sistema de governo e mandato tendem para 'buraco negro'

ARTUR RIBEIRO NETO

Editor de Política

ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES

Gerente do DataFolha

O Congresso constituinte está indefinido quanto ao sistema de governo e ao mandato do presidente José Sarney. A tendência verificada pela pesquisa é de ocorrer um "buraco negro" (nenhuma proposta consegue maioria de 280 votos) tanto no mandato quanto no sistema de governo.

O presidencialismo tem o apoio de 49% dos constituintes contra 44% favoráveis ao parlamentarismo. Com relação ao mandato, há praticamente um empate entre quatro (44%) e cinco anos (45%). Em números absolutos, entrevistados 92% dos constituintes (516 dos 559), os resultados são os seguintes: cinco anos têm hoje 233 votos contra 225 dos quatro anos; o presidencialismo tem o apoio de 251 contra 228 para o parlamentarismo.

Os constituintes se agrupam em quatro grandes blocos. O mais forte, com um terço do Congresso constituinte, é dos presidencialistas favoráveis a cinco anos para Sarney (164 votos ou 32%). O segundo bloco é o do parlamentarismo com quatro anos com 150 constituintes (29%), formado em sua maioria pelo PMDB. O terceiro grupo é o do presidencialismo com quatro anos, com 67 parlamentares (13%). Em quarto, fica o bloco dos parlamentaristas com cinco anos, com 56 constituintes (11%).

Os parlamentaristas cincoanistas são o fiel da balança do Congresso constituinte. Se eles se aliarem aos defensores de quatro anos (presidencialistas ou parlamentaristas) formam uma maioria anti-Sarney capaz de derrotar o presidente. Teriam 55% dos constituintes e 286 votos. Isto se se parte do princípio de

## CONSTITUINTES ENTREVISTADOS

Partidos	Bancada	Entrevistas	%
PMDB	298	275	92
PFL	134	124	93
PDS	36	32	89
PDT	24	24	100
PTB	23	22	96
PT	16	16	100
PL	7	5	71
PDC	6	3	50
PC do B	5	5	100
PSB	4	4	100
PCB	3	3	100
PMB	1	1	100
PTB	1	1	100
Sem partido	1	1	100
Total	559	516	92

\* Pesquisa realizada entre os dias 7 e 15/3/88

que os quatroanistas são oposição ao presidente.

Se eles preferirem compor com os sarneystas (presidencialistas cincoanistas), formando uma aliança dos defensores dos cinco anos, conseguiriam 45% dos votos (233). Neste caso a maioria só seria possível com a adesão individual dos indefinidos ou que têm pouca frequência no plenário. O DataFolha não entrevistou 43 constituintes (8%).

\* A maioria do PMDB é parlamentarista (55% contra 37% presidencialista).

\* O PFL, ao contrário, é majoritariamente presidencialista (69% contra 25%).

\* O PDT e o PT são também presidencialistas (83% e 94% respectivamente).

\* O PDS e o PTB estão divididos quanto ao sistema de governo. No PDS, 44% pró-presidencialismo contra 41% pelo parlamentarismo. No

## COMO VOTA O CONGRESSO CONSTITUINTE

Definição quanto a:			Sistema de Governo									
Migração de posição entre os constituintes* (em números absolutos)			categorias		Total	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	Outros
<b>Presidencialismo</b>	<b>Parlamentarismo</b>	<b>Indefinidos</b>	Presidencialismo	Parlamentarismo	49	37	69	44	83	50	94	22
Mantiveram a posição	Mantiveram a posição	Mantiveram a posição	Parlamentarismo	Indefinidos	44	56	25	41	17	41	6	70
Eram parlamentaristas	Eram presidencialistas	Eram presidencialistas	Indefinidos	Total	7	7	6	15	—	9	—	8
Eram indefinidos	Eram indefinidos	Eram parlamentaristas	Total	Nº de entrevistados	100	100	100	100	100	100	100	100
Sem registro anterior	Sem registro anterior	Sem registro anterior			(275)	(124)	(32)	(24)	(22)	(16)	(23)	
Total	Total	Total										

\* Em relação a uma pesquisa do DataFolha feita em 20 a 29 de janeiro 88

## Mandato do Sarney

Migração de posição entre os constituintes* (em números absolutos)			Categorias										
4 anos	5 anos	Indefinidos	4 anos	5 anos	Indefinidos	Total	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	Outros
Mantiveram a posição	Mantiveram a posição	Mantiveram a posição	4 anos	5 anos	Indefinidos	44	45	18	38	83	46	100	87
Eram por 5 anos	Eram por 4 anos	Eram por 4 anos	5 anos	Indefinidos	45	43	70	50	13	46	—	—	—
Eram indefinidos	Eram indefinidos	Eram por 5 anos	Indefinidos	Total	11	12	11	12	4	8	—	—	13
Sem registro anterior	Sem registró anterior	Sem registro anterior	Total	Nº de entrevistados	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total	Total	Total											

\* Em relação a uma pesquisa do DataFolha feita em 20 a 29 de janeiro 88

## Sarney conversou com militares para conseguir apoio contra eleição-88

ROBERTO LOPES

Da Reportagem Local

Uma conversa de quase três horas do presidente José Sarney com o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, semana passada no Palácio da Alvorada (residência oficial do presidente), é que determinou o recrudescimento da posição dos ministros militares contra a realização de eleições presidenciais ainda este ano. O presidente e o ministro juntaram juntos, e foi para dar seguimento a esse encontro que Sarney convidou os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica para um outro jantar no Alvorada, realizado na última segunda-feira.

"Nessas conversas, uma previsão do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, serviu para temperar ainda mais o temor que os militares devotam a uma eventual campanha presidencial: o de que a inflação de abril (mês em que a Constituinte deve definir o mandato do atual presidente da República) deve ficar entre os 20 e os 22%.

Anteontem, depois de ter tomado o café da manhã em companhia do presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, Sarney pareceu decepcionado com a insistência de Ulysses e de um de seus mais fiéis correligionários — o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique —, em propor um acordo que permita o estabelecimento de um mandato de cinco anos (que o presidente quer) com a adoção do parlamentarismo (que o presidente não quer).

Sarney contou a amigos que, na manhã de segunda-feira, recebeu Luiz Henrique por uma hora e meia no Alvorada. O ministro da Ciência e Tecnologia defendeu um entendimento do presidente com os constituintes, baseado na mudança do sistema de governo, mas sem sucesso. A essas pessoas que privam de sua intimidade, o presidente disse ainda que, na terça, Ulysses só fez repetir a proposta de Luiz Henrique. Sarney não acredita que Ulysses desconhecisse o resultado da visita de Luiz Henrique apenas 24 horas

## Arraes e presidente tentam a reaproximação

Da Sucursal de Brasília

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), jantou ontem com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, iniciando um degelo nas relações entre ambos. Mal-humorado e ríspido, Arraes chegou no início da noite a Brasília e recusou-se a confirmar se iria ou não jantar com Sarney.

Ele estará hoje no Congresso

antes ao Alvorada — e tem razão em pensar assim. Na noite de segunda — enquanto o presidente recebia os três ministros militares —, Luiz Henrique foi à casa de Ulysses (onde estiveram também o ministro da Previdência, Renato Archer, e o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro) e fez um relato de seu encontro com Sarney.

Leonidas e Richa

A possibilidade de a Constituinte encurtar o governo Sarney para quatro anos, e de substituir o presidencialismo pelo parlamentarismo, estreitou o relacionamento do presidente da República com seus ministros militares. E é nesse quadro que deve ser entendida a entrevista de uma semana atrás que o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, deu em Brasília, depois de uma reunião-almoço no Quartel-General (QG) do Exército, com seus colegas do Exército, Marinha, SNI, Emfa (Estado-Maior das Forças Armadas) e Gabinete Militar, classificando de "fundamental" a aprovação, pela Constituinte, do mandato de cinco anos para Sarney.

O ministro da Aeronáutica foi muito menos taxativo quanto à conveniência da manutenção do presidencialismo — e quanto à unidade do grupo de convidados para o almoço no QG sobre isso. E isso pelo simples fato de que ele próprio, Moreira Lima, não está convencido de que a adoção do parlamentarismo

constituinte e deverá ter uma reunião com a bancada do PMDB pernambucano. Segundo o deputado Maurílio Ferreira Lima, coordenador da bancada, a posição dos peemedebistas pernambucanos é, hoje, majoritariamente a favor do parlamentarismo e do mandato de quatro anos para Sarney. Entre os 13 constituintes do PMDB-PE, os quatro anos vencem por 12 a 1 e o parlamentarismo vence por 7 a 6.

signifique um desastre tão grande quanto o que ele imagina possa advir de uma eventual sucessão presidencial este ano. O ministro do Exército é frontalmente contra o parlamentarismo, mas o general Ivan de Souza Mendes, do SNI, considera esse o melhor sistema de governo — mas faz restrições a seu estabelecimento em meio à crise política e econômica que o Brasil atravessa.

Para Sarney (nos dois jantares dos últimos dez dias), e para ao menos um político do Nordeste que é amigo pessoal do presidente, o general Leonidas já pintou o quadro de "caos" em que, na sua opinião, o Brasil irá mergulhar, caso haja uma campanha presidencial este ano. O ministro está convicto de que as candidaturas vão produzir agitações capazes de arrastar trabalhadores e servidores públicos, produzindo a paralisação de alguns setores produtivos e administrativos do país.

Esse sentimento, aliado ao da necessidade de que o presidencialismo seja preservado, terminaram afastando o ministro do Exército de um seu velho amigo, o senador José Richa (PMDB-PR) — um parlamentarista que, ano passado, passou a defender também os quatro anos para Sarney. As diferenças políticas não terminaram com a amizade de Leonidas e Richa, mas produziram um esfriamento nessa relação e na assiduidade com que os dois se encontravam.

parlamentarismo, em relação à pesquisa feita em janeiro.

\* Por outro lado, seis parlamentaristas aderiram ao presidencialismo.

\* Dos 37 indefinidos de hoje, 22 se declararam presidencialistas em janeiro. Apenas um era parlamentarista.

\* 11 cincoanistas mudaram para os quatro anos para Sarney entre janeiro e hoje.

\* Em contrapartida, sete passaram dos quatro para o cinco anos.

Esta pesquisa é uma realização do DataFolha sob direção do sociólogo Antonio Manuel Teixeira Mendes. A coordenação dos trabalhos de campo ficou a cargo de Paulo Tadeu Petrólio e Rali Boudjikian. A formulação dos temas e a interpretação dos resultados são de responsabilidade da Redação.

## Empresários querem consulta popular no caso de vitória do parlamentarismo

Da Reportagem Local

Os empresários de São Paulo entendem que a modificação no sistema de governo deve vir acompanhada de "uma ampla consulta popular". A tese foi defendida na nota do Fórum Informal, que reúne oito entidades patronais, sobre a reunião do organismo realizada anteontem à noite na casa do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho.

A idéia de ouvir a população sobre uma mudança de regime foi o dado novo trazido pelo documento dos empresários. Na noite anterior, Romeu Trussardi, encarregado de relatar à imprensa as conclusões do encontro, não mencionou a proposta de consulta. "Ele estava cansado e acabou esquecendo que havíamos falado de plebiscito", afirmou Nei Figueiredo, especialista em marketing político e colaborador da Fiesp, que secretariou o encontro.

Eleição

Na nota divulgada pelo Fórum Informal, o empresário julga que "não seria conveniente a realização de novas eleições sem que uma legislação adequada esteja em vigor". No caso, os líderes de entidades presentes à reunião consideram que a transição só se completará com o final dos trabalhos do Congresso constituinte e a elaboração das leis ordinárias e complementares.

Abram Szajman, presidente do Federação do Comércio do Estado de São Paulo, foi mais incisivo ao sair da casa de Trussardi, às 23h30 de terça-feira: "Nós achamos que o sistema de governo e o tempo de duração do mandato só devem ser



Mario Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

definidos depois que todas as outras questões estiverem resolvidas."

Para Trussardi, enquanto o texto constitucional não estiver completo "não é aconselhável modificar o sistema de governo ou antecipar eleições". Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, teve o seu nome incluído como um dos signatários da nota emitida pelo Fórum Informal, mas foi voto vencido na discussão. "Continuo quatroanista e parlamentarista. Acho que o Brasil precisa de eleições gerais e discordo dos que temem tumultos com o pleito."

Antes que o documento dos empresários se tornasse público, Trussardi disse que os empresários paulistas não querem se intrometer nos trabalhos dos constituintes, mas sim transmitir sua preocupação com os rumos do país. "Uma mudança de governo agora, em plena etapa constituinte, seria prejudicial ao Brasil", afirmou. Ele acredita que

só com uma "Carta definitiva" e com regras claras é que será possível a retomada de investimentos.

Presidencialista

Mesmo a proposta de "consulta popular" sobre sistema de governo — na nota os participantes do Fórum Informal não usaram a palavra plebiscito — não esconde a opção presidencialista dos líderes empresariais. "Tenho a firme impressão de que a maioria da população é presidencialista", declarou Trussardi.

Nenhum dos líderes que estiveram na reunião manifestou temor com uma possível reação de congressistas com as sugestões apresentadas no documento e na entrevista de terça-feira à noite: "Não há desejo de intromissão de nossa parte; apenas estamos exercendo um direito democrático", disse Fábio Mirelles, da Federação da Agricultura.

## Plano de emergência começa a ser discutido

Do enviado especial a Brasília

Um grande acordo nacional, em torno de um programa de emergência que possa conduzir o país até o final da transição, começará a ser esboçado a partir de sexta-feira, em Goiânia, capital de Goiás, em mesa a que se sentarão representantes de 12 governadores de Estados e de quase todas as principais entidades representativas de empresários e trabalhadores.

Já confirmaram presença a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, pelo lado empresarial, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pelo lado dos trabalhadores. No início da noite, o vice-governador de São Paulo, Almino Affonso, um dos idealizadores do plano da emergência, estava conversando com representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT), para fechar o circuito no âmbito sindical.

Os Estados cujos governadores enviarão representantes são São Paulo (Alberto Goldmann, secretário de Coordenação de Programas), Rio de Janeiro (o cientista político Hélio Jaguaribe), Minas Gerais (a vice-governadora Júnia Marise), Espírito Santo (Sérgio Ceoto, secretário de Governo), Ceará (Sérgio Machado, secretário de Governo), Pernambuco (Leonardo Guimarães,

assessor do governador Miguel Arraes), Bahia (Filemon Matos, ex-secretário de Governo), Santa Catarina (Saulo Vieira, braço direito do governador Pedro Ivo Campos), Rio Grande do Sul e Paraná, além do Estado anfitrião, Goiás.

A reunião de Goiânia, que irá até domingo, fixará a metodologia de trabalho para a elaboração do plano de emergência. A intenção preliminar dos organizadores é a de preparar, nesses três dias de debates, um texto alinhavando as propostas básicas para compor o plano de emergência, em especial na área econômica, que é o setor crítico.

Em seguida, o texto básico será submetido aos governadores dos 12 Estados e às diretorias das entidades participantes do encontro. Aprovado ou emendado, o texto voltará à discussão em novo encontro em São

Paulo, para dar-lhe forma final. O trabalho resultante dessas série de debates será levado ao presidente José Sarney.

A idéia do plano de emergência surgiu da constatação feita tanto por Almino Affonso como pelo governador goiano, Henrique Santillo, de que, seja quando for a eleição presidencial que designará o sucessor de José Sarney, há necessidade de uma proposta que tenha amparo na sociedade para atravessar o delicado período até a mudança de governo.

Lançada a idéia e consultados quase todos os governadores estaduais, a ela se incorporaram grupos de economistas de peso, como os que gravitam em torno dos ex-ministros João Sayad e Dilson Funaro, o ex-secretário do Tesouro Andrea Calabi e os economistas da Unicamp. (CR)

## Thales e a cosmologia política



GOUGON/SPACCA

## Fiuzza é principal articulador dos cinco anos

Da Sucursal de Brasília

Depois de articular o Centrão para defender os interesses dos moderados e conservadores do Congresso constituinte, o deputado Ricardo Fiuzza (PFL-PE) foi alçado a condição do principal articulador pela aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, tomando para si funções do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

"A ideologia é menos importante que o impasse." A partir desta máxima, Fiuzza conversou, na última

semana, com os empresários Antônio Ermirio de Moraes e Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho e com representantes dos sindicalistas paulistas em busca de uma solução que evite o impasse e consolide a transição democrática e as instituições. Isso para ele significa a aprovação de cinco anos de governo para o presidente Sarney.

Há quinze dias, Fiuzza intensificou conversas com os ministros militares. Com trânsito fácil nesta área, Fiuzza funciona como "uma ponte" entre os interesses dos militares e os do Congresso constituinte.

O trabalho de aliciamento pró-cinco anos é reforçado por dados fornecidos diariamente pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Nos últimos dias, Fiuzza acena para os constituintes com um programa de recuperação econômica em fase de preparação. Muitos constituintes favoráveis aos quatro anos são contabilizados como "reversíveis" desde que este programa "seja sério".

A partir de um quadro que acompanha as oscilações da Constituinte, Fiuzza trabalhava ontem com uma perspectiva estreita pró-cinco anos: menos de vinte e cinco votos.